

INTELECTUAIS E POLÍTICOS NA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR CATARINENSE NA DÉCADA DE 1950

Celso João Carminati

Doutor em Educação. Professor no Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina.

E-mail: f2cjc@udesc.br

Resumo

A fundação e a constituição histórica da Faculdade Catarinense de Filosofia ocorreram na década de 1950, num momento de afirmação da educação no País, cujas diretrizes e preocupações estavam voltadas à formação de profissionais para as redes de ensino. Os desafios postos naquele processo colocavam em evidência o envolvimento de lideranças políticas e intelectuais, que, imbuídas de interesses pessoais, sociais e governamentais, respondiam aos anseios e aos desafios de expansão do ensino superior. Neste sentido, a articulação política com autoridades locais consolidaria os desejos de um grupo social preocupado com a formação e trajetória de uma elite cultural, interessada em formação superior, sobretudo no âmbito da Filosofia, das Ciências e Letras.

PALAVRAS-CHAVE: Faculdade de Filosofia. Formação superior. Elites intelectuais.

INTELLECTUALS AND POLITICIANS IN EXPANSION OF HIGHER EDUCATION FROM SANTA CATARINA IN THE 1950S

Abstract

The foundation and historical constitution of the Catarinense University of Philosophy happened in the 1950s, at a time when education was more firmly established in Brazil and its pillars were directed to training teachers. The challenges within that process put in evidence the involvement of political and intellectual leaders, who were imbued with personal, social and government interest and would respond to concerns and challenges of expanding higher education. In this sense, the political articulation with local authorities would consolidate the wishes of a social group concerned with the formation and the trajectory of a cultural elite, interested in higher education, especially within the scope of Philosophy, Science and Letters.

KEYWORDS: Philosophy University. Higher Education. Elites and intellectuals.

INTRODUÇÃO

Este texto versa sobre alguns momentos significativos da educação superior catarinense.¹ A fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia se insere no contexto da expansão do sistema de ensino voltado a atender às redes de formação de professores, tanto a pública quanto a privada. Tal realidade era travestida de aspectos sociais e econômicos de uma sociedade cujos grupos econômicos lutavam por se estabelecer enquanto representantes de uma cultura considerada socialmente distinta. Tomando parte das memórias intituladas “Pensamentos, palavras e obras” – primeiro Caderno “Da faculdade de Filosofia”, de autoria do professor, desembargador, articulador e um dos fundadores da Faculdade Catarinense de Filosofia -, discutimos, a partir de suas alocações em espaços sociais oficiais, a interlocução com políticos e autoridades com vistas a implantar o ensino superior, ampliar o universo de professores para a instalação de cursos nas áreas das ciências humanas e assim viabilizar tal instituição. Além disso, destacamos, ainda que brevemente, a importância das redes de relações sociais para a concretização desse projeto, que resultou, na década de 1950, num dos pilares fundamentais para o que hoje conhecemos como ensino superior público federal em nosso Estado.

Demonstrando sua fé em Cristo, pois sem ela não seria possível tamanha empreitada, e humildade diante do Criador, ele declara, na apresentação de seu primeiro Caderno: “Eu pecador, me confesso... porque pequei muitas vezes por pensamentos, palavras e obras” (FONTES, 1960:3). Além disso, parecendo ter sido exigente demais com seus colegas, amigos e colaboradores, dá indicações de que sua fraqueza humana o poderia ter levado a atos dos quais certamente haveria de se corrigir, desde que houvesse tempo. Assim, refere que “não há homem justo sobre a terra que faça o bem, mas que não peque” (FONTES, 1960:3).

VICISSITUDES E RENOVAÇÕES

Os anos de 1940 e 1950 caracterizam-se, no Brasil, por uma ampliação dos processos de urbanização. Tal realidade tem por base a forte emigração do campo para a cidade. Muitos fatores podem ser imputados para compreender suas causas, uma vez que trabalhadores rurais eram expulsos de suas terras. Depreende-se do que escreve Cunha:

¹ Participaram da pesquisa, como bolsistas de Iniciação Científica, Camila Porto Fasolo e Vanessa Spada.

Havia fatores que expulsavam trabalhadores rurais e pequenos proprietários do Nordeste e de Minas Gerais: alta concentração da propriedade da terra, inovações tecnológicas na agricultura, baixos salários, secas periódicas, alto crescimento vegetativo da população rural. De outro, havia fatores de atração no Centro-Sul, principalmente nas cidades: as indústrias concentradas nessa região ofertavam empregos e induziam atividades comerciais e de serviços que, por sua vez, ofereciam mais empregos. Os salários pagos nas cidades, a vigência aí da legislação trabalhista, limitando a exploração da força de trabalho, a existência de serviços públicos de saúde e educação foram, certamente, fatores adicionais de atração da força de trabalho deslocada do campo (2007:38-9).

Nessas duas décadas, as cidades passaram a concentrar altos índices de moradores urbanos, promissora mão de obra, ainda que desqualificada, para a nascente indústria automobilística, e outros bens que passaram a diversificar a oferta de produtos ao consumidor. “Quando a industrialização foi acelerada, na década de 1950, com vultosos investimentos de capital estrangeiro, aquela tendência também se acentuou. Esses investimentos se dirigiram principalmente para o estado de São Paulo, aumentando a centralização espacial da oferta de empregos gerados direta e indiretamente pelas empresas industriais” (CUNHA, 2007:39). “A urbanização se acentuou e em 1960 as cidades passaram a concentrar 45% da população brasileira, contra os 36% de 1950 (KONDER, 1998:357).

A Constituição Federal de 1946 garantia que a educação deveria ser considerada direito público. Os estados e municípios ficavam com a responsabilidade de legislar a respeito. Desta forma, no ano de 1947, “foram criados os primeiros colégios de ensino secundário públicos em Santa Catarina com vida permanente, ou seja, os cursos ginasiais do Instituto de Educação de Florianópolis, do Colégio Pedro II de Blumenau e do Instituto de Educação de Lages” (DALLABRIDA; CARMINATI, 2007:18).

Desde o início do século XIX, o ensino superior no Brasil era pago pelos estudantes. Somente a Constituição de 1946 permitiu que o ensino superior oficial, assim como o ensino médio, fossem gratuitos “para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos” (CUNHA, 2007:76). Articulados a este aspecto, justificam-se os esforços incansáveis do professor Henrique da Silva Fontes em fundar uma Faculdade de Filosofia, inicialmente privada e mais tarde agregada à nascente Universidade de Santa Catarina, instituição federal e pública. Além disso, havia um contexto social propício. “Assim por força da deterioração dos orçamentos, das reivindicações estudantis pelo ensino gratuito e das demandas de professores e funcionários pelos privilégios do funcionalismo público federal, surgiu a Lei nº 1.254, de 1950, ‘federalizando’ estabelecimentos de ensino superior mantidos pelos estados, pelos municípios e por particulares” (CUNHA, 2007:78).

Nas décadas anteriores, Santa Catarina contava com algumas instituições de nível superior: a Faculdade de Direito, fundada em 1932, mas oficializada em 1935 por decreto estadual; a Faculdade de Ciências Econômicas, no ano de 1943; as Faculdades de Farmácia e Odontologia, em 1947; a Faculdade de Medicina e a Faculdade Catarinense de Filosofia, no ano de 1951.

Em âmbito de formação secundária dos alunos, ocorreram diversas mudanças com vistas a atender à demanda e a ampliar as clientela que pudessem ter acesso ao ensino superior.

De acordo com os preceitos que orientavam a criação da Faculdade Catarinense de Filosofia, destaca-se que “é tal Faculdade imprescindível para preparar o professorado dos cursos secundários e superiores. Sem ela, estará incompleta a organização escolar catarinense” (FONTES, 1960:5).

Tal acesso ao ensino superior também foi visto como condição de distinção social numa cidade em que os grupos sociais elitizados eram reduzidos, além de serem prósperos candidatos aos empregos públicos nas teias articulares do Estado. Neste sentido, as burocracias estatais são hierarquicamente organizadas, “utilizando os graus escolares como requisitos de admissão e promoção aos diversos níveis de poder, remuneração e prestígio” (CUNHA, 2007:43), impulsionando uma demanda de escolarização em todos os graus de ensino.

O ensino superior tinha uma oferta ainda restrita e sua demanda aumentada numa proporção superior à dos outros graus. É muito curiosa a situação da ocupação econômica daqueles que vinham a ser os futuros alunos dos cursos nas universidades. Com os olhos voltados para a formação superior, sobretudo nas ciências humanas, a Lei nº 1.076, de março de 1950, ampliou o acesso aos cursos superiores. Além disso, houve outra contribuição importante, que modificou toda esta situação:

Em março de 1953, a Lei 1.821 veio ampliar as variantes da estrada para o ensino superior. O ingresso no segundo ciclo do ensino secundário (clássico ou científico) foi facultado também aos concluintes do primeiro ciclo do ensino normal e também aos que tivessem concluído cursos de formação de oficiais das polícias militares dos Estados e do Distrito Federal (CUNHA, 2007:68).

Enquanto preocupavam-se com o acesso social, diga-se à classe econômica mais favorecida pela via da formação acadêmica nos cursos de Filosofia, História, Geografia e Letras, em parte significativa da população brasileira esta possibilidade se dava pela reprodução do pequeno capital. “Usavam seu pequeno capital, conseguido por um meio qualquer, para abrir um pequeno

negócio, tal como uma pequena fábrica, uma pequena loja, um pequeno escritório de representação comercial” (CUNHA, 2007:43).

Contudo, isto nem sempre avançava com sucesso.

À medida que o processo de centralização do capital levava à monopolização na indústria e começava a repercutir no comércio e nos serviços, ficava cada vez mais difícil a sobrevivência dos pequenos negócios existentes e ainda mais difícil a abertura de novos (CUNHA, 2007:43).

Indicando uma dicotomia entre os interesses por escolarização, Evangelista destaca que “a pressão para expansão da escola nos anos 50 exigia a superação de um processo ainda seletivo, onde se mantinha a elite diplomada e a massa ignorante, desaguando a primeira no ensino superior, em busca de diplomas” (1993:108).

Esta perspectiva se detém na interpretação de Anísio Teixeira, que propunha “*virar pelo avesso a nossa filosofia da educação*”, começando a priorizar a escola primária, de cuja universalização dependeria “*a estabilidade, a consolidação do progresso*”. Parece-nos que tal propósito tem uma consonância com a consolidação do ensino superior em São Paulo e Rio de Janeiro, realidade então incipiente em Santa Catarina.

Havia ainda no período muita dificuldade para o acesso aos cursos superiores pelo vestibular, uma vez que nem todas as habilitações do ensino secundário preparavam para os exames vestibulares. Em relação a esta preocupação, escreve Cunha:

Embora ainda mantivesse restrições à transferência de estudantes entre os ramos e os ciclos do grau médio, e entre este e o superior, a lei apontava como desejável a “equivalência” irrestrita, ao determinar que o Ministério da Educação devesse proceder aos estudos necessários para estabelecer geral regime de equivalência entre os diversos cursos de grau médio a fim de possibilitar maior liberdade de movimento de um para o outro ramo desse ensino e de facilitar a continuação de seus estudos em grau superior (2007:68).

Fica evidente que todos estes aspectos convergiam diretamente para as transformações do ensino superior. As professoras formadas nas escolas normais, que eram a maioria, podiam ingressar nos cursos de Pedagogia, Letras Neolatinas e Letras Anglo- Germânicas nas Faculdades de Filosofia. Aliás, na Faculdade Catarinense de Filosofia desde 1955 funcionavam os cursos de Filosofia, História e Geografia, e Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas. “Os ex-seminaristas podiam estudar Direito, ou,

então, Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia, nas faculdades de Filosofia” (CUNHA, 2007:69).

DIÁLOGOS E ARTICULAÇÕES

Neste quadro geral dos anos de 1950, aparecem como fecundos e intensos os desejos de renovação e esperança. Os conteúdos da “Alocução inaugural da reunião em que, a 8 de setembro de 1951, foi criada a Faculdade Catarinense de Filosofia” e da “Alocução na abertura das aulas, em 25 de março de 1955”, imbuídos de um espírito idealizador, dão-nos a noção da determinação deste importante homem na vida pública catarinense.

É curiosa a sua demarcadora e fervorosa fé cristã, pois estabelece um marco naquilo que viria mais tarde, a partir de 1955, a ser a grande obra na área educacional em Santa Catarina. Em exagero analítico, manifestando uma certa visão maniqueísta de mundo, mas demonstrando estar atento aos movimentos internacionais e em sintonia com a nação brasileira, Henrique Fontes expressa com clareza que a Faculdade de Filosofia terá suas bases: “Quanto à orientação filosófica, em face da exacerbada e universal divisão presente – espiritualista cristã, de um lado, e materialista, do outro – adotamos, desde logo, declaradamente, a primeira, que é a da formação e da tradição brasileira” (FONTES, 1960:5). Tais pensamentos expressam a preocupação daquilo que caracterizou o período pós-guerra: “Na política internacional, prevalecia a ‘guerra fria’. Os otimistas achavam que ela ia durar muito tempo, como suas tensões e seu mal-estar. Os pessimistas estavam convencidos de que ela ia degenerar em ‘guerra quente’” (KONDER, 1998:356).

Com a invocação da proteção divina, “peço aos ilustres membros desta reunião que discutam a matéria que lhe deu causa e que tragam as suas luzes, o seu entusiasmo e a sua cooperação, para que o Estado de Santa Catarina possa ter, desde já, uma Faculdade de Filosofia que lhe honre as tradições de progresso e de honestidade” (FONTES, 1960:6).

Enquanto por aqui se discutia a possibilidade de fundação de uma Faculdade de Filosofia, em São Paulo os esforços se voltavam para a discussão de perspectivas teóricas no âmbito das ciências humanas.

Na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, formou-se um grupo de estudos para a leitura de *O capital*, de Marx, integrado pelo filósofo José Arthur Gianotti, pelos sociólogos Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso (discípulos de Florestan Fernandes), pela antropóloga Ruth

Cardoso, pelo economista Paulo Singer e pelo historiador Fernando Novais. Outros intelectuais mais jovens também foram envolvidos pelas atividades do grupo, como Bento Prado, Francisco Weffort, Roberto Schwarz, Gabriel Bolaffi e Michael Löwy. Entre os integrantes desse círculo predominava claramente a disposição de primeiro entender bem Marx para que depois cada um resolvesse em que condições poderia adotar (ou não) a perspectiva do pensador alemão (KONDER, 1998:372).

Não bastasse tal demonstração de sua fé e suas articulações com a Igreja Católica, sobretudo com os padres jesuítas, que desde 1905 se tornaram formadores de parte significativa da elite catarinense,² dispuseram-se a ceder suas instalações para as atividades da faculdade, como pode ser lido no convite para a reunião de definição do corpo docente da futura Faculdade Catarinense de Filosofia.

Tendo nós, juntamente com a Diretoria do Colégio Catarinense, verificado a possibilidade da imediata instalação de uma Faculdade de Filosofia, pois que o mesmo Colégio, para início do funcionamento, fornecerá as necessárias acomodações e o material preciso, vimos convidar V. Exa., caso queira pertencer ao respectivo corpo docente, para uma reunião em que se tratará da fundação da mesma Faculdade e que se realizará no salão nobre da Faculdade de Direito, no dia 8 do corrente, às 20 horas (FONTES, 1960:6).

Esta disposição pode estar relacionada ao fato de que “a maioria dos egressos do Ginásio Catarinense continuou os estudos, frequentando cursos superiores” (DALLABRIDA, 2001:243).

A referida reunião foi realizada na Faculdade de Direito porque muitos de seus professores também apoiavam a criação de outra instituição de ensino superior e onde seu futuro diretor era professor. Do que se pode depreender do convite, os convidados foram escolhidos a dedo, pois dentre eles seria eleita a primeira diretoria, ficando assim constituída: “Propôs então o prof. José Rocha Ferreira Bastos que, por aclamação, se fizesse a escolha da Diretoria, o que foi aceito, sendo aclamados para diretor o Prof. Henrique da Silva Fontes, para secretário o Padre João Alfredo Rohr S. J. e para tesoureiro o Dr. Oswaldo Bulcão Vianna” (FONTES, 1960:7).

As redes sociais de articulações eram visíveis, pois os ofícios enviados ao governador do Estado e demais autoridades políticas demonstram forte articulação e seu importante papel na condução dos trabalhos. Em geral, seus ofícios eram para agradecer o apoio, para atualizar as atividades, para solicitar recursos para equipamentos e funcionamento, assim como fazer

² Ler: DALLABRIDA, Norberto. A Fabricação escolar das elites: O Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura/UEDESC, 2001.

cumprir a legislação federal com a contratação de professores não pertencentes ao meio local. Em representação dirigida ao governador do Estado em 8 de agosto de 1953, o prof. Henrique Fontes destaca:

Tendo o Governo de Vossa Excelência dado à Faculdade Catarinense de Filosofia todo o apoio que até aqui lhe foi solicitado, cumpro-me expor a Vossa Excelência a situação dificultosa em que se encontra o pedido de autorização que, para poder funcionar, fez a mesma Faculdade ao Ministério da Educação e Saúde em data de 16 de julho do ano passado (FONTES, 1960:9).

Em concordância com as regras do Ministério para o funcionamento das faculdades no País, mesmo que estas lhe tenham criado outros desafios, exclama ao governador:

Ante essas exigências, que são muito de louvar, porque afastam as Faculdades de Filosofia do perigo de passarem de institutos de ensino superior a meros institutos de ensino secundário ou de ensino normal, torna-se necessário contratar, para certas disciplinas, professores especializados, que devem ser buscados fora do nosso meio (FONTES, 1960:6).

Como se percebe nos ofícios, tais auxílios eram sempre insuficientes, pois a previsão das mensalidades dos alunos não seria capaz de sustentar a estrutura criada. Para tal empreitada

(...) é, pois, imprescindível nova e maior ajuda dos cofres estaduais, a qual poderá consistir na concessão de recursos especiais para pagamento dos mesmos professores, cujo número deve aproximar-se de cinquenta por cento (50%) da totalidade do corpo docente e cujos vencimentos não devem ser inferiores aos de catedrático da Universidade do Brasil (FONTES, 1960:10).

Diante disto, ele expõe a necessidade anual para contratação de professores para a implantação dos três anos de cada curso previstos para a Faculdade:

Expressando a nova ajuda em números, teremos, no máximo, a seguinte despesa anual para o Estado, caso a Faculdade mantenha os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia: no primeiro ano de funcionamento da Faculdade, para contrato de dez professores a Cr\$ 100.800,00 – Cr\$ 1.008.000,00; no segundo ano, para treze professores Cr\$ 1.340.400,00; no terceiro ano, para quatorze professores Cr\$ 1.411.200,00; no quarto ano e nos subsequentes, para quinze professores Cr\$ 1.512.000,00 (FONTES, 1960:10).

Assim, mediante decisão do governador Irineu Bornhausen, o Estado sempre atendeu aos seus apelos, mesmo que se tratasse de instituição privada, conforme previsto em seu estatuto. Diante de todos os auxílios repassados pelos cofres do governo do Estado e de vultuosas despesas ainda previstas, Fontes declara pela primeira vez que, mesmo não estando em funcionamento, “poderá afigurar-se que melhor será transformar a Faculdade de Filosofia em estabelecimento estadual” (1960:10). Isto de fato passou a ser realidade para o ensino superior catarinense a partir da década de 1960, projeto a que se dedicou por completo, após ser nomeado o “Encarregado dos Estudos para criação da Universidade de Santa Catarina” (UNGARETTI, 1985:24).

Demonstrando articulações com intelectuais fora do meio, reitera ao governador, em visita a São Paulo, que no Simpósio das Faculdades de Filosofia do Brasil recebeu apoio do reitor da universidade:

Magnífico Reitor da Universidade, sr. Prof. Dr. Ernesto de Moraes Leme, a cuja presença fui levado pelo eminente mestre Sr. Professor Dr. Ernesto de Souza Campos, tendo-me S. Exa. prometido cooperação. No mesmo sentido o obtendo igual promessa, conversei com o Sr. Professor Dr. Eurípedes Simões de Paula, Diretor da Faculdade de Filosofia da mesma Universidade (FONTES, 1960:11).

Ao final de sua alocução, após longa e confiante exposição sobre os auxílios financeiros ao governador, numa atitude autoelogiosa, que expressa uma espécie de construção de si, um ornamento político que indica liderança, afirma:

Se malograr a sua iniciativa, dificilmente, em tempos próximos, hão de aparecer homens de boa vontade e movidos tão somente pelo bem social que empreendam nova fundação; e também porque o malogro de uma iniciativa tão ansiosamente esperada, tão bem começada e tão entusiasticamente recebida viria quebrar a tradição de coragem e de tenacidade do Povo e dos Governos de Santa Catarina (FONTES, 1960: 6).

Em sua finalização, declara que “esta nova solicitação da Faculdade foi atendida, sendo votada a Lei nº 948, de 23 de setembro de 1953” (FONTES, 1960:11).

OS PRIMEIROS MESTRES: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante os percalços para a realização de seus trabalhos em prol do ensino superior, com idealismo, traço marcante de sua personalidade, com

(...) obstinação, posta sempre a serviço do interesse público, desenvolveu nele amplas reservas de paciência, que acabavam por vencer percalços burocráticos e dificuldades de toda natureza. Foram a obstinação e, a serviço desta, a paciência, virtude ou qualidade de tão difícil exercício, que lhe permitiram, durante longa peregrinação pelos corredores do Ministério da Educação, na antiga Capital da República, arrancar despachos, vistos, carimbos, pareceres, assinaturas e tudo o mais que foi necessário duramente conquistar para se obter o reconhecimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (UNGARETTI, 1985:23).

Na “Alocução na abertura das aulas, a 25 de março de 1955”, considerando seu esforço inicial, faz especiais agradecimentos ao governo do Estado, assim como ao Colégio Catarinense. Ao primeiro, porque permitiu a contratação de professores especializados, e ao segundo porque cedeu gratuitamente, por cinco anos, “ótimas instalações, representadas em salas de aula, gabinetes, museus e biblioteca” (FONTES, 1960:17). Acrescenta que houve uma cooperação inestimável do governo de São Paulo, que, por “solicitação do Governo Catarinense, comissionou um douto Professor da sua Universidade, o Sr. João Dias da Silveira, catedrático e vice-diretor da Faculdade de Filosofia, para em nossa escola fundar, em bases modernas e científicas, o ensino de Geografia” (FONTES, 1960:17-18).

Com a disposição de cumprir deliberadamente as exigências legais, fez questão de comunicar aos futuros alunos e autoridades de “terem vindo colaborar conosco dois professores portugueses, uma professora espanhola e uma professora fluminense de formação paulista, portadores todos de títulos de grande recomendação” (FONTES, 1960:18).

Nem mesmo conseguira comemorar a aprovação da faculdade, seus olhos já se voltavam para o futuro, destacando naquele momento de abertura das aulas que a Lei Catarinense nº 1.170, de 26 de novembro de 1954, “reserva terras do Estado para a futura Universidade de Santa Catarina, prevendo uma Cidade Universitária”, referindo-se às terras adquiridas da família Assis Brasil pelo governo do Estado no subdistrito da Trindade.

É imperativo destacar que, dada a importância desta faculdade para Santa Catarina, os primeiros professores do Curso de Filosofia, de Letras e de História e Geografia e respectivas disciplinas foram os seguintes: **Curso de Filosofia** - Disciplina de Filosofia: Padre Ernesto Seidl – S. J.; Disciplina de História da Filosofia: Monsenhor Frederico Hobold; Psicologia – Dr. Lydio Martinho Callado. **Curso de Geografia e História** - Disciplina de Geografia Física: Dr. João Dias da Silveira; Disciplina de Geografia Humana: Licenciada Margarida

Ingeborg Heer; Disciplina de História da Antiguidade e da Idade Média: Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral; Disciplina de Antropologia: Padre Alvinho Bertholdo Braun S.J. **Curso de Letras** - Disciplina de Língua e Literatura Grega: Eudoro de Sousa; Disciplina de Língua e Literatura Latina: Cônego Antônio Waterkemper; Disciplina de Língua Portuguesa: Desembargador Henrique da Silva Fontes; Disciplina de Literatura Portuguesa: Dr. George Agostinho Baptista da Silva; Disciplina de Literatura Brasileira: Dr. Aníbal Nunes Pires; Disciplina de Língua e Literatura Francesa: Dr. George Agostinho Baptista da Silva (interino); Disciplina de Língua e Literatura Espanhola: Licenciada Consuelo Romero Pintos; Disciplina de Língua e Literatura Italiana: Padre Francisco de Sales Bianchini; Disciplina de Língua e Literatura Inglesa: Padre Werner José Soell S. J.; Disciplina de Língua e Literatura Alemã: Licenciado João Batista Luft (FONTES, 1960:18-19).

Deste grupo de professores, diversos se destacaram na política catarinense, ao passo que outros se tornaram referência enquanto intelectuais, sendo os mais expressivos os professores brasileiros Oswaldo Rodrigues Cabral e Eudoro de Sousa e o professor português George Agostinho Baptista da Silva, tendo o primeiro se destacado como professor, pesquisador e antropólogo na Universidade Federal de Santa Catarina; os dois últimos se destacaram também na Universidade de Brasília e em outras universidades brasileiras e estrangeiras.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Luiz A. **A Universidade Crítica**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FONTES, Henrique da S. **Pensamentos, palavras e obras** – primeiro Caderno - “Da faculdade de Filosofia”. Florianópolis: Edição do autor, 1960.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**. O Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura/UDESC, 2001.

DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João, **O Tempo dos Ginásios**: Ensino Secundário em Santa Catarina. São Paulo: Florianópolis, Mercado de Letras/UDESC, 2007.

EVANGELISTA, Olinda. Anísio Teixeira e a educação: um roteiro possível de leitura (1930-1950). In: Revista **Perspectiva**. Florianópolis: UFSC/CED – NUP, n. 20, 1993, p. 87-125.

KONDER, Leandro. **História dos intelectuais dos anos 50**. In: FREITAS, Marcos C. (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Editora contexto/Universidade São Francisco, 1998.

UNGARETTI, Norberto. Henrique Fontes: aspectos humanos. In: **Centenário de Nascimento de Henrique da Silva Fontes**. Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, 1985.